

Adoecimento docente nas escolas públicas do estado do Paraná

Teaching illness in public schools of the state of Parana

Educación docente en las escuelas públicas del estado de Paraná

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira*

Elza Fagundes da Silva**

Resumo

Este estudo investiga os fatores que contribuem para o adoecimento docente nas escolas de ensino básico na rede pública estadual do Paraná. Trata-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com apoio dos estudos de Esteves (1999), Codo (2006), Souza e Leite (2011). Também, pretende-se apresentar reflexões sobre o elevado número de atribuições e responsabilidades imposto a esse profissional e as consequências que resultam no denominado mal-estar docente. Os resultados alcançados demonstram que a maioria dos afastamentos de função e licença médica decorre, em primeiro lugar, por enfermidades de cunho emocional e, em segundo, por problemas de desgaste físico. Os resultados, embora não permitam conclusões absolutas, chamam a atenção para a necessidade de se pensar de forma imediata, principalmente pela mantenedora da rede estadual, urgentes ações por meio de políticas públicas permanentes e efetivas voltadas a, se não solucionar, ao menos minimizar os problemas de saúde no campo da docência.

Palavras-chave: professor; ensino; adoecimento docente; políticas públicas; rede estadual de ensino.

Abstract

This study investigates the factors that contribute to the teaching illness in elementary schools in the state public system of Paraná. This is a bibliographic, documentary and field research, supported by the studies of Esteves (1999), Codo (2006), Souza and Leite (2011). It is also intended to present reflections on the high number of duties and responsibilities imposed on this professional and the consequences that result in the so-called teacher malaise. The results achieved show that most of the leaves of duty and sick leave are due to illnesses, in the first place, emotional, and secondly, due to problems of physical exhaustion. The results, while not allowing absolute conclusions, draw attention to the need to think immediately, especially by the maintainer of the State Network, urgent actions through permanent and effective public policies aimed, if not solving, at least minimize the problems of health in the field of teaching.

Keywords: teacher; teaching; teaching illness; public policy; state education network.

Recebido em: 17/06/2020 – Aprovado em: 12/08/2021

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v28i2.11198>

* Doutora e mestre em Educação. Mestre em Gestão de Instituições de Educação Superior. Licenciada em Pedagogia e bacharel em Direito. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Editora da Revista Diálogo Educacional – PUCPR. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3759-0377>. E-mail: alboni@alboni.com

** Doutoranda em Educação – PPGE da PUCPR, mestre em Educação e licenciada em Letras. Assessora jurídica do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0822-3172>. E-mail: efagundesilva@gmail.com

Resumen

Este estudio investiga los factores que contribuyen a la enfermedad de los maestros en las escuelas primarias de la red pública estatal de Paraná. Se trata de investigación bibliográfica, documental y de campo, respaldada por estudios de Esteves (1999), Codo (2006), Souza y Leite (2011). También se pretende presentar reflexiones sobre la gran cantidad de deberes y responsabilidades impuestas a este profesional y las consecuencias que resultan en el llamado malestar docente. Los resultados obtenidos muestran que la mayoría de las bajas por enfermedad y por enfermedad se deben a enfermedades, en primer lugar de naturaleza emocional y, en segundo lugar, a problemas de agotamiento físico. Los resultados, aunque no permiten conclusiones absolutas, llaman la atención sobre la necesidad de pensar de inmediato, principalmente por parte del responsable de la Red del Estado, acciones urgentes a través de políticas públicas permanentes y efectivas dirigidas a, si no resolver, al menos minimizar los problemas. en el campo de la enseñanza.

Palabras clave: profesor; enseñando; enseñanza de la enfermedad; políticas públicas; red de educación del estado.

Introdução

No Brasil, a educação apresenta-se, atualmente, como um dos grandes desafios a serem enfrentados pelos gestores públicos, pais, professores, pesquisadores e todos aqueles que a entendem como um dos pilares de transformação social. As demandas que afetam esse campo são complexas e diversas, e, ao longo dos anos, os setores educacionais vêm passando por um processo dinâmico de mudanças para enfrentar os desafios impostos.

A democratização do acesso à educação por meio da universalização do direito do cidadão à escola básica, propiciando a inclusão daqueles que antes eram excluídos, representou um grande avanço sem dúvida, porém é fato que “a ‘desigualdade’ adentrou a escola, e com ela amplificou a diversidade de culturas, saberes, valores e lógicas diferentes daqueles para os quais a instituição foi concebida para receber” (PACIEVITCH, 2012, p. 13). Assim, de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido na Lei Federal n. 13.005/2014, para avançar rumo à qualidade, é preciso garantir o acesso e a permanência do educando na escola, reduzir as desigualdades sociais, contribuir na formação do estudante para o trabalho e no exercício da cidadania. Entre essas metas, está a de incorporar na educação do estudante princípios como o respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental e à valorização da diversidade de inclusão (BRASIL, 2014).

Nesse contexto, o profissional que atua para que sejam efetivados os pressupostos de uma educação diferente, com qualidade e que atenda aos anseios da comunidade educacional, enfrenta cada vez mais os desafios para atuar na área, em instituições tanto públicas quanto privadas, haja vista que o docente sofre pressões

e cobranças, sendo atribuída a esse profissional a responsabilidade por resultados. Logo, se o profissional da educação é considerado como elemento básico para elevar o nível da educação no Brasil, preocupar-se com suas condições físicas e mental é imprescindível.

Os profissionais sentem-se desvalorizados e desencantados pela profissão, pois, em quase todos os discursos políticos, está sempre presente o ponto valorização docente, entretanto, pouco se efetivam as propostas suscitadas, o que vem causando desgaste para os docentes. Nesse caso, compreender as causas que desencadeiam o sofrimento, seja físico ou psíquico, é relevante para que se possa pensar em ações para, senão dirimir, ao menos minimizar tais problemas.

Via de regra, o docente trabalha em mais de um turno e/ou em estabelecimentos distintos, em razão de a remuneração para a classe ser baixa e ser preciso complementar a renda. Além disso, sente-se enfraquecido, desrespeitado, desmotivado, trabalhando num ambiente sem estrutura, com turmas cheias, alunos desinteressados e indisciplinados, com inúmeras negações de direitos e violações. O sofrimento característico da profissão, principalmente dos docentes de escolas públicas, ocorre tanto pela evidente perda da substância de seu trabalho quanto pela perda de seu próprio valor como trabalhador, uma vez que o professor se obriga a aceitar condições laborais muito aquém das que merece, com atribuições que não fazem parte de seu trabalho, não raro acumulando a função de pai, mãe, orientador, psicólogo dos estudantes.

A falta de apoio psicológico para esses profissionais compromete o desenvolvimento laboral, considerando que em muitas situações recai sobre eles a tarefa de resolver os problemas de aprendizagem e emocionais dos alunos. Esses pontos vêm criando uma crise de identidade nos docentes, que vão perdendo a referência sobre o que fazer, como trabalhar, como comportar-se em sala. O ofício de ensinar vai se perdendo juntamente com o papel do professor.

De acordo com Esteves (1999), o professor sofre do denominado mal-estar docente, um tipo de doença social causada pela falta de apoio da sociedade, pelas condições pedagógicas, sociais e psicológicas, que acarreta desmotivação e desencantamento pela profissão, devido à sobrecarga de trabalho, realizado em condições de estresse; outro fator que pode ser considerado para a deflagração de processos de adoecimento é a diminuição ou a falta de tempo livre, fora do trabalho, para realizar outras atividades pessoais e de lazer. Situações como essas expõem os profissionais a uma condição de crescente vulnerabilidade e adoecimento (SANTOS; WANZINACK, 2017).

Segundo Souza e Leite (2011, p. 1.106), o trabalho docente é compreendido como uma atividade repetitiva, fragmentada e executada com a imposição de ritmos intensos. Essa questão, resultante de suas condições de trabalho, vem despertando interesse como objeto de estudos no meio acadêmico e mostra que os afastamentos dos docentes de suas atividades podem estar relacionados diretamente com as condições de trabalho a que estão expostos.

A pesquisa bibliográfica realizada para este artigo consistiu no levantamento da literatura recente sobre o adoecimento docente no Brasil. Foram utilizados, na pesquisa, o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a base indexadora SciELO (portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas científicas na internet) e o Google Acadêmico.

O número de estudos realizados nessa área, no Brasil, aumentou a partir da década de 1990, sugerindo um crescimento da precarização das condições de trabalho dos docentes, que inclui a desvalorização do trabalho e da remuneração, a falta de recursos tanto materiais quanto humanos, a infraestrutura, o crescimento da violência no ambiente escolar, os múltiplos empregos que sobrecarregam a força de trabalho desses profissionais, entre outros fatores (GOUVÊA, 2016; SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012; CALDAS, 2012; ANDRADE, 2012).

Com o crescente número de docentes que se afastam do trabalho devido a problemas de saúde decorrentes da profissão, surgiu o interesse de pesquisar sobre as causas subjacentes, com a finalidade de obter informações que possam propiciar o entendimento dessas causas, bem como a proposição de medidas a fim de prevenir ou ao menos minimizar os fatores que favorecem o adoecimento decorrente da profissão. Pretende-se, ainda, promover reflexão sobre a necessidade de políticas públicas permanentes e efetivas voltadas à solução dos problemas de saúde no campo da docência.

Dessa forma, constitui o objetivo geral do estudo investigar os fatores que contribuíram para o adoecimento docente nas escolas de educação básica na rede pública estadual do Paraná. Como objetivos específicos, estabeleceram-se: identificar os principais transtornos de saúde que fundamentam a concessão de licenças médicas aos professores do Quadro Próprio do Magistério do Paraná; investigar se houve afastamento do trabalho ou de função no período avaliado e quais as causas; avaliar a existência de fatores sociais no ambiente de trabalho que possam levar ao adoecimento; propor, por meio de políticas públicas do Estado, programas e ações que visem a prevenção do adoecimento docente.

Metodologia

A metodologia incluiu a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo, com base nos trabalhos de Esteves (1999), Codo (2006), Souza e Leite (2011). Para a pesquisa de campo, foi utilizada a entrevista semiestruturada com 20 (vinte) professores da educação básica que atuam em diversas escolas do município de Curitiba, com a finalidade de conhecer a sua percepção acerca das causas do adoecimento docente. A pesquisa documental foi realizada com base no Relatório de Perícia Médica Dinâmico, que apresenta os dados recentes sobre a concessão de licença-saúde e afastamento da função de servidores do Quadro Próprio do Magistério da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, no período 2017/2018, junto com a Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS), órgão pertencente à Secretaria da Administração e Previdência (Seap) do estado do Paraná e que tem como uma de suas atribuições a avaliação da capacidade laborativa dos servidores pelos critérios da décima versão da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) (PARANÁ, 2018a).

A CID-10 é uma publicação da Organização Mundial de Saúde (OMS) adotada em todo o mundo e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. Essa classificação utiliza um código formado por uma letra e três números, que permite a identificação de todas as doenças conhecidas, bem como de sintomas, queixas de pacientes, aspectos fisiológicos anormais, dentre outros.

Os relatórios da DIMS/Seap apresentam diversos motivos para a concessão de licenças, tais como: tratamento de saúde em pessoa da família, trâmite de aposentadoria por invalidez, doença em pessoa da família com perda de 50% dos vencimentos, doença em pessoa da família sem remuneração, tratamento de saúde por acidente de trabalho e licença para tratamento de saúde. Neste estudo, foram analisadas apenas as licenças concedidas para tratamento de saúde do próprio servidor.

Nesse contexto, para facilitar a análise, foi realizado um levantamento, nos relatórios da DIMS/Seap, das causas mais prevalentes de concessão de licença-saúde ou afastamento de função. São elas: neoplasias, transtornos mentais e comportamentais, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho digestivo, doenças do sistema muscular e do tecido conjuntivo, doenças do aparelho geniturinário, lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas. As causas com menor prevalência foram agrupadas sob o título “outros” e incluem: doenças bacterianas e virais; gravidez, parto e

puerpério; doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas; doenças sanguíneas e transtornos imunitários; doenças do sistema nervoso; doenças de olhos e ouvidos; achados não classificados em outra parte.

Resultados

A Secretaria de Estado da Educação (Seed), de acordo com os dados divulgados em dezembro de 2018, atende atualmente a 2.143 escolas, nos 399 municípios do Paraná, contando com um efetivo de 60.638 professores do Quadro Próprio do Magistério, sendo 128 com carga horária de 10 horas; 57.307, com 20 horas; 2 com 30 horas; e 3.201 com 40 horas (PARANÁ, 2018b).

Neste momento, é relevante pontuar que os professores da Rede Estadual de Ensino do Paraná podem atuar como concursados com um padrão de 20 horas, dois padrões de 20 horas ou ainda ter aulas extraordinárias, que são aquelas excedentes depois de todos os concursados escolherem suas aulas padrão. Posteriormente, as horas restantes são distribuídas aos professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS), válido, via de regra, para um ano.

Outro ponto a ser destacado refere-se à carga horária do professor em sala de aula. Para um cargo de 20 horas semanais, o professor tem direito, por lei, a sete horas para planejamento e preparação de suas atividades. Entretanto, no Paraná, a Seed estabeleceu o percentual de 15 horas em sala com os educandos e cinco para planejamento de atividades fora de sala.

A maioria dos docentes atua com 40 horas/semanais, e principalmente aqueles que atuam com aulas extras sentem receio de ir ao médico, quando necessitam, porque, dependendo do número de atestados que têm ao longo do período letivo, poderão ser prejudicados na próxima classificação para obter aulas extraordinárias.

Para este estudo, foram entrevistados 20 professores da rede pública estadual de ensino, sendo 16 mulheres e 4 homens, todos atuando em escolas do município de Curitiba. O tempo de magistério variou entre 10 e 40 anos, com média de 19,9 anos. Com relação à formação acadêmica, 12 professores possuem licenciatura em diversas áreas (60%), 6 realizaram cursos de especialização (30%) e apenas 2 possuem mestrado (10%). Os professores trabalham em escolas com clientela diversificada, heterogênea, com alunos pertencentes a diferentes níveis socioeconômicos.

Como a violência é apontada na literatura como um dos fatores que contribuem para o adoecimento docente, os professores foram questionados acerca da violência em seu ambiente de trabalho. A maioria deles não considera a escola violenta, rela-

ta uma convivência tranquila entre alunos, professores, servidores e direção e sente segurança para desenvolver o seu trabalho. Se algum conflito aparece em sala de aula, o professor busca resolvê-lo e só em casos excepcionais busca auxílio dos pedagogos ou da direção. No entanto, 30% dos professores consideram ser comum a violência verbal e psicológica entre colegas, professores e funcionários, originária de divergências ideológicas e pelo poder. A seguir, destacam-se alguns depoimentos dos docentes participantes desta pesquisa nesse sentido:

Existe um tipo de violência sutil, porém constante na escola: uma desvalorização constante do outro.

A relação com os alunos é bem mais tranquila em comparação aos profissionais da escola. Imposição de posição ideológica, partidária, contribui para os conflitos.

A relação entre a equipe, de uma forma geral, é muito tensa, com várias atitudes de desrespeito.

Questionados se já haviam sofrido violência por parte de algum estudante, 20% dos professores relatam já ter vivenciado episódios de intimidação e violência moral, mas a maioria não relata a ocorrência de violência entre professores e estudantes. Metade dos professores entrevistados relatou já ter se ausentado de suas atividades por estresse ocasionado pelo trabalho. Dois deles, embora não tenham se ausentado de suas atividades, deram os seguintes depoimentos: “ausentar não, mas já tive vontade de pedir para o médico dar atestado de afastamento”; “algumas vezes já senti vontade de solicitar ao médico afastamento para cuidar de minha saúde mental devido ao estresse”. Indagados se já haviam pensado em abandonar a sua profissão, 60% dos entrevistados responderam afirmativamente e atribuíram como causas as limitações impostas pela dinâmica educacional e pelas condições estruturais e salariais.

O levantamento de dados contidos nos relatórios da DIMS/Seap revelou que, nos anos de 2017 e 2018, 45,38% dos professores do estado obtiveram licenças médicas por causas diversas. Foram registradas, no período, 55.042 licenças médicas para tratamento de saúde dos docentes, com 12.231 casos de afastamento de função (PARANÁ, 2017, 2018a).

Há casos de afastamento temporário de atividades relacionadas com a função docente em que, quando recomendado pelo médico assistente, o servidor permanece no trabalho, mas executando outras atividades. Assim, esses professores afastados de sua função docente passam a laborar em divisões administrativas do estabelecimento de ensino e, em casos mais graves, passam a trabalhar em

unidades administrativas da Seed, como os Núcleos Regionais de Educação (NRE). Quando necessário, são afastados para tratamento médico, com acompanhamento da DIMS/Seap, podendo ser readaptados ou aposentados por invalidez (PARANÁ, 2018a). Para isso, o servidor deverá comparecer à Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional (CSO) ou à Junta de Inspeção e Perícia Médica (JIPM) e submeter-se à avaliação.

Em 2017, houve 27.521 ocorrências de afastamento de professores por licença médica, sendo que 9.189 ocorrências possuíam relação direta com transtornos mentais ou comportamentais, correspondendo a 33,39% do total das licenças. Em 2018, o número de ocorrências total permaneceu o mesmo, sendo que 9.580 foram referentes a transtornos mentais e comportamentais, correspondendo a 34,81% do total de licenças médicas, revelando um aumento de 1,42 p.p. no número de ocorrências desses transtornos em relação ao ano anterior.

A segunda causa de afastamentos por licença médica no período em análise foi: doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, correspondendo a 17,22% e 17,39% do total de ocorrências, respectivamente.

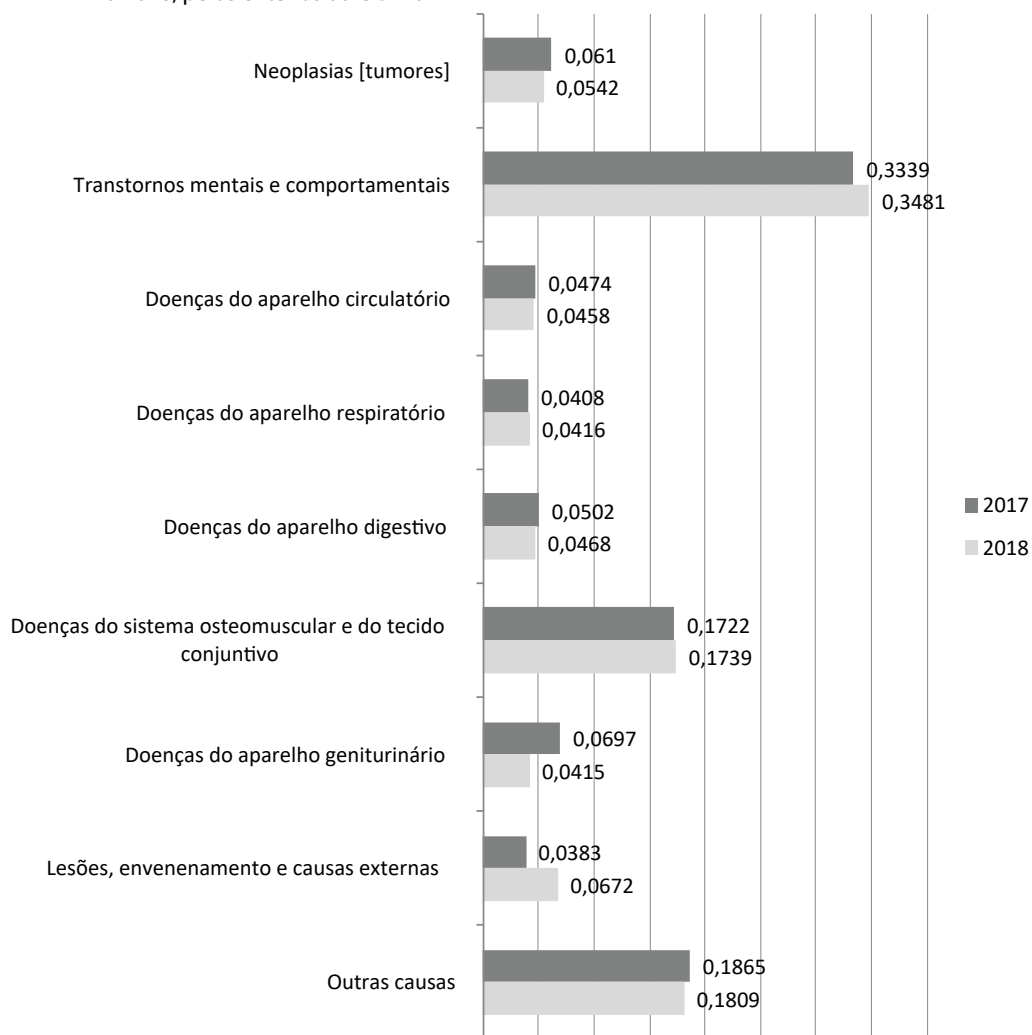
O Quadro 1 e o Gráfico 1 apresentam os dados relativos à concessão de licença-saúde aos docentes do Quadro Próprio do Magistério no período de 2017 a 2018.

Quadro 1 – Concessão de licença-saúde aos docentes do Quadro Próprio do Magistério no período de 2017 a 2018, pelos critérios da CID-10

CID-10	2017	2018
Neoplasias [tumores]	6,10%	5,42%
Transtornos mentais e comportamentais	33,39%	34,81%
Doenças do aparelho circulatório	4,74%	4,58%
Doenças do aparelho respiratório	4,08%	4,16%
Doenças do aparelho digestivo	5,02%	4,68%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	17,22%	17,39%
Doenças do aparelho geniturinário	6,97%	4,15%
Lesões, envenenamento e causas externas	3,83%	6,72%
Outras causas	18,65%	18,09%

Fonte: Paraná (2018a).

Gráfico 1 – Concessão de licença-saúde aos docentes do Quadro Próprio do Magistério no período de 2017 a 2018, pelos critérios da CID-10



Fonte: Paraná (2018a).

Com base na OMS, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), entendem-se como **transtornos mentais e comportamentais** as condições caracterizadas por alterações mórbidas do modo de pensar e/ou do humor (emoções) e/ou por alterações mórbidas do comportamento associadas a angústia expressiva e/ou deterioração do funcionamento psíquico global (PSIQWEB, 2019).

Entre os problemas relatados pelos docentes, aparecem com maior frequência: ansiedade, estresse, insônia, tristeza, falta de expectativa para o futuro, alterações de humor, falta de paciência e choro fácil, falta de autonomia para decisões. Os docentes entrevistados afirmam que, nos intervalos, o ambiente está sempre “pesado”, pois a maioria sente-se exaurida e as reclamações são constantes em relação a indisciplina dos estudantes, chamadas de atenção e cobranças por parte dos gestores e discussões entre professores.

Em segundo lugar, os afastamentos decorrem de problemas relacionados ao sistema esquelético, por má postura, repetição de movimentos, excesso de peso com material didático, muito tempo na mesma posição na preparação de atividades e avaliações dos estudantes. A respeito, os entrevistados relataram que, em muitas instituições, não há armários para guardar o material utilizado em sala e que são obrigados a carregar desde o apagador até outros materiais de apoio. Ao final de cada período, afirmam sentir-se esgotados fisicamente.

Assim como outras classes, resultantes da reconfiguração no campo do trabalho, os professores também sofrem pressões. Todavia, eles não recebem a contrapartida, visto que não foi realizada a contento melhoria na carreira na mesma medida em que são cobrados. Como consequências, surgem as enfermidades.

A análise dos dados de 2017 mostra que 48,47% das licenças-saúde por transtornos mentais e comportamentais e 28,95% dos transtornos osteomusculares resultaram em afastamento da função docente. Essas duas causas foram responsáveis por 77,42% de todos os afastamentos de função no período. Por sua vez, a análise dos dados de 2018 mostra que 48,20% das licenças-saúde por transtornos mentais e comportamentais e 26,36% dos transtornos osteomusculares resultaram em afastamento da função docente. Essas duas causas, responsáveis por 74,56% de todos os afastamentos de função no período, mostram que os índices foram semelhantes nos dois anos analisados.

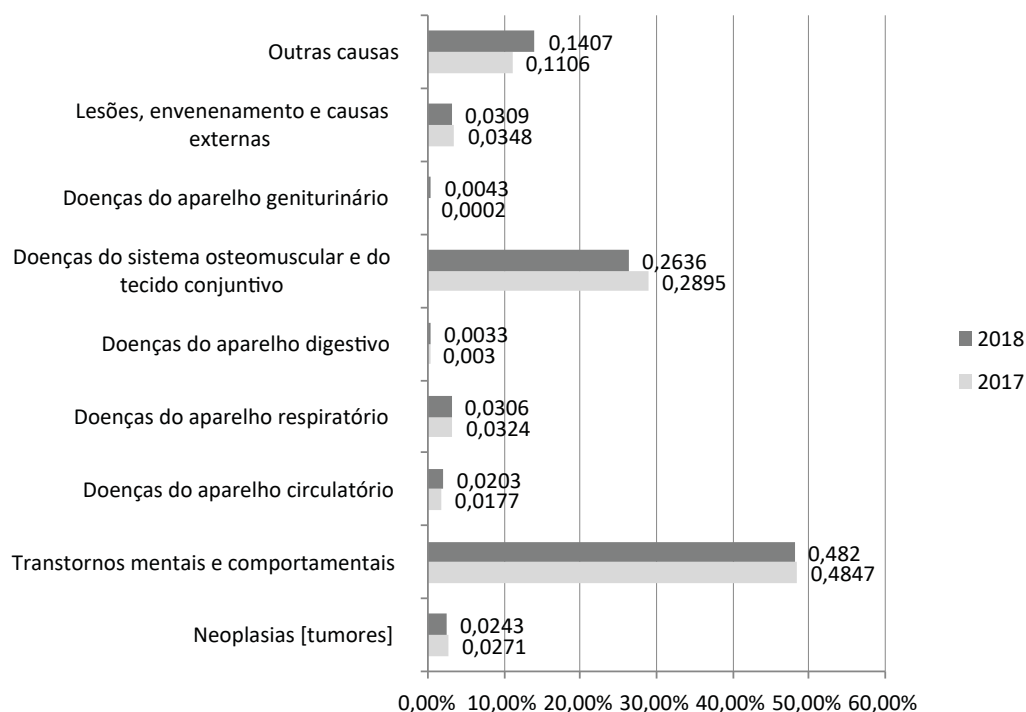
O Quadro 2 e o Gráfico 2 apresentam os dados relativos ao afastamento de função dos docentes do Quadro Próprio do Magistério no período de 2017 a 2018.

Quadro 2 – Afastamento de função dos docentes do Quadro Próprio do Magistério no período de 2017 a 2018

CID-10	2017	2018
Neoplasias [tumores]	2,71%	2,43%
Transtornos mentais e comportamentais	48,47%	48,20%
Doenças do aparelho circulatório	1,77%	2,03%
Doenças do aparelho respiratório	3,24%	3,06%
Doenças do aparelho digestivo	0,30%	0,33%
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	28,95%	26,36%
Doenças do aparelho geniturinário	0,02%	0,43%
Lesões, envenenamento e causas externas	3,48%	3,09%
Outras causas	11,06%	14,07%

Fonte: Paraná (2018a).

Gráfico 2 – Afastamento de função dos docentes do Quadro Próprio do Magistério no período de 2017 a 2018



Fonte: Paraná (2018a).

Discussão

A questão do adoecimento dos professores, como resultante das suas condições de trabalho, vem sendo objeto de estudos tanto no meio acadêmico quanto em instituições de pesquisa em âmbito nacional. De acordo com Landini (2008), a literatura a respeito do adoecimento docente, nos últimos 15 anos, aponta fatores como: excesso e precarização do trabalho, perda da autonomia, sobrecarga de trabalho burocrático, estresse e cansaço mental, revelando também sentimento de impotência, impaciência, baixa autoestima, hostilidade, entre outros. Para a referida autora, nesse cenário no qual o professor é visto apenas como um prestador de serviço, o adoecimento docente encontra terreno fértil. As enfermidades dos docentes podem ser analisadas como respostas, provisórias ou não, do organismo à pressão do ambiente, podendo seus sintomas representar mecanismos de defesa pelos trabalhadores, frente às pressões desfavoráveis do ambiente laboral.

Uma pesquisa feita em Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal, entre 2011 e 2012, mostra a Secretaria de Educação como o órgão com maior percentual de servidores públicos afastados por doenças no Distrito Federal e em Santa Catarina. O Distrito Federal lidera o índice, 58% dos profissionais foram afastados por motivo de doença pelo menos uma vez no ano. Em Santa Catarina, foram 25%. No Rio Grande do Sul, a educação aparece como a área com o terceiro maior índice de afastamento entre as secretarias do estado, 30% (CON-SAD, 2013). No entendimento do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), a educação é responsável pela maior parte dos servidores públicos afastados por doenças. Neste estudo, foi revelado que 45,38% dos docentes da Seed foram afastados por licença médica pelo menos uma vez em 2017, tendo se repetido o mesmo índice em 2018 (PARANÁ, 2017, 2018a).

Gouvêa (2016) aponta que dois elementos são determinantes para a deflagração de processos de adoecimento dos docentes. Um deles é a falta de tempo livre para atividades de lazer fora do trabalho e outro é o desempenho da docência em situações de estresse, o que expõe os professores a situações extremas.

Freitas e Castro (2015), em estudo realizado com servidores da Rede Municipal de Ensino de Uberaba, Minas Gerais, observaram que a docência é uma das profissões mais vulneráveis a fatores de estresse, como: alto nível de exigência, excesso de tarefas e responsabilidades, tempo limitado, sobrecarga de trabalho, falta de qualidade de vida, baixo salário, desvalorização profissional e precariedade do sistema de trabalho. Para as autoras, as mudanças no papel do professor

na sociedade refletem-se em altos níveis de estresse, resultando em absenteísmo e solicitação de licença médica para tratamento de saúde.

Nas entrevistas realizadas com os professores para este estudo, observou-se que metade deles já precisou se ausentar de suas atividades em decorrência do estresse ocasionado pelo trabalho. Entre os fatores desencadeantes dessa patologia, 30% dos docentes mencionaram as relações tensas entre colegas, funcionários e direção e que se traduz em violência verbal e psicológica; além disso, atribuem que o estresse também é resultante das limitações impostas pela estrutura educacional e pelas condições salariais. Freitas e Castro (2015) consideram que o excesso de atividades, a cobrança por qualificação profissional e a exigência extrema sobre o professor como responsável pela qualidade do ensino, dentro de uma lógica de competitividade e produção, criam, dentro da escola, um ambiente de competição, inveja, intriga, vaidade, ciúme, fragilizando os vínculos e favorecendo o estresse, o sentimento de frustração e o desenvolvimento de sofrimentos de ordem física e psíquica.

Gouvêa (2016) considera que os altos níveis de estresse aos quais os professores são submetidos resultam no aumento de casos de afastamento do trabalho para tratamento de saúde. No entanto, em vez de buscar uma solução para o problema, a administração pública aplica medidas que pioram ainda mais a situação, como é o caso da premiação dada à assiduidade, o que incentiva os professores, mesmo doentes, a irem ao trabalho para não sofrerem prejuízos financeiros.

Vale e Aguillera (2016) identificaram, em uma revisão de literatura, que o estresse e a Síndrome de *Burnout* são os principais motivos de afastamento do trabalho da categoria docente. A síndrome de *Burnout* pode ser entendida como um tipo de estresse de caráter persistente, vinculado a situações de trabalho, resultante da constante e repetitiva pressão emocional associada com intenso envolvimento com pessoas por longos períodos de tempo.

De acordo com Reis (2009), a frequência de atestados e adoecimento docente encontra relação com o trabalho exercido e com fatores como: muito tempo na escola, nível de exigência e cobrança elevado, produtivismo acadêmico, falta de autonomia, falta de tempo para cuidar de si, desvalorização profissional, influência política e conflitos entre professor e gestão.

Diversos estudos, baseados em documentos gerados por órgãos oficiais de perícia médica, identificaram o predomínio, entre os professores, dos transtornos mentais e comportamentais como os principais motivos de afastamento do trabalho, seguidos pelos transtornos da voz e pelas doenças osteomusculares, do aparelho respiratório, do aparelho circulatório e neoplasias (SANTOS; WANZINACK, 2017;

GOUVÊA, 2016; SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012; CALDAS, 2012; ANDRADE, 2012).

Em estudo conduzido com professores do município de Matinhos, Paraná, Santos e Wanzinack (2017) registraram o adoecimento de 62% desses profissionais em função da profissão, ou seja, mais da metade dos docentes já tiveram que se afastar de suas atividades laborais. Os transtornos psíquicos foram as maiores queixas entre os docentes, com o estresse alcançando 71% e a depressão 32%, sendo o primeiro o responsável por 16% dos afastamentos.

Neste estudo, encontramos os transtornos mentais e comportamentais e as doenças osteomusculares como as causas principais não só da concessão de licença-saúde, mas também para o afastamento do docente de suas funções. Entre os transtornos mentais e comportamentais, os mais frequentemente observados foram: estresse, depressão, ansiedade, nervosismo e síndrome do pânico.

Em sua pesquisa, Andrade (2012) observou um acentuado percentual de licenças em prorrogação, subtendendo o afastamento contínuo do educador, além da associação de diagnósticos para uma mesma licença, ou seja, para a referida autora, o educador não apenas adoece, mas adoece por várias causas.

De acordo com Thiele e Ahlert (2016), o que muitas vezes leva o professor a não tomar medidas preventivas e nem a ter mais cuidados com os sinais que o corpo apresenta é que, em caso de afastamento das atividades por doença, se é por um período curto, retornando ao trabalho, deve repor as aulas. Isso inibe muitos professores de tratarem suas doenças de forma preventiva, uma vez que, em vez de cuidarem da saúde, ficam preocupados com o trabalho dobrado que terão ao voltar às suas atividades, fazendo com que, além da doença, sintam-se culpados por seu estado “improdutivo” e que se sintam julgados pelos outros.

Radaelli (2017), em pesquisa realizada em 2011 e 2017, com a finalidade de calcular o nível de adoecimento e estresse entre os professores da Rede Estadual da Paraná, encontrou que mais de 35% dos professores entrevistados com menos de dez anos de docência já estão no nível de estresse de “quase exaustão”, momento em que há risco do surgimento de doenças graves, como depressão, dependência química e, em casos extremos, o suicídio. Outro dado preocupante encontrado pela pesquisadora foi o alto índice de psicopatologias declaradas pelos participantes da pesquisa: 40%. Neste estudo, o índice de psicopatologias que resultaram em concessão de licença-saúde aos docentes correspondeu a 48,20% e 48,47% do total de licenças concedidas em 2017 e 2018, respectivamente, o que demonstra a gravidade da situação.

Considerações finais

O adoecimento docente constitui um tema de grande relevância e tem sido objeto de inúmeros estudos e pesquisas realizados no país nos últimos 15 anos. No entanto, as políticas de prevenção à saúde docente ainda são escassas. Em nível nacional, tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei que institui a Política Nacional de Saúde Vocal, cujo objetivo é garantir, no Sistema Único de Saúde (SUS), a oferta de ações de prevenção e de assistência ligadas à saúde dos profissionais que trabalham com o uso da voz, como os professores. O texto prevê a avaliação anual desses profissionais por médicos otorrinolaringologistas, psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. Também serão oferecidos programas periódicos de capacitação e treinamento para o uso adequado da voz, além de ações de reabilitação dos profissionais acometidos por lesões vocais ou laringeas. O referido projeto tramita há três anos e, em 2018, foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família, mas ainda tem que ser avaliado por outras comissões antes da aprovação e implementação.

No Paraná, a Lei n. 14.939, de 14 de dezembro 2005, que institui o Programa Estadual de Saúde Vocal preventiva para professores da Rede Pública Estadual de Ensino, e a Lei n. 14.992, de 06 de janeiro de 2006, que institui o Programa de Saúde Mental, decretadas pela Assembleia Legislativa e sancionadas pelo governador do estado em 2015, não foram implementadas. Ainda, tramita na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei n. 88/2014, que estabelece as políticas de promoção e prevenção da saúde, que até a finalização desta pesquisa não foi aprovado.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta a categoria docente como sendo a segunda a apresentar mais doenças ocupacionais. Este estudo revelou que os transtornos mentais e comportamentais e as doenças osteomusculares são as causas de adoecimento mais prevalentes e seus níveis são alarmantes, já que responderam por cerca de 65% de todas as licenças-saúde e afastamentos da função docente.

Um fato que chama a atenção é o número elevado de professores que cometem suicídio. De acordo com matéria veiculada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP – Sindicato), em 14 de outubro de 2019, o suicídio de professores no Paraná aumentou 15 vezes em 5 anos. Só em 2018, foram 15 professores que tiraram a própria vida. A estatística é associada à precarização das condições de trabalho e ao aumento da carga de trabalho. De acordo com o sexo, foram 21 homens e 19 mulheres, a maioria tinha entre 40 e 49 anos (19 casos),

seguida pela faixa de 30 a 39 (9 casos), 50 a 59 (6 casos) e 20 a 29 (3 casos). Nas idades de 60 a 69, 70 a 79 e 80 ou mais, houve um suicídio em cada faixa etária. As estatísticas incluem professores da rede pública e da iniciativa privada de todos os níveis de ensino. Os dados foram extraídos do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e fornecidos ao Sindicato pela Secretaria da Saúde do Paraná (Sesa).

Assim, este estudo pretende contribuir para dar a conhecer os níveis de adoecimento dos professores do estado e sensibilizar os gestores públicos para o desenvolvimento de políticas de assistência e prevenção da saúde daqueles profissionais. Para além dos resultados, a presente pesquisa pretende, sobretudo, instigar os profissionais das diversas áreas da saúde e os gestores públicos a refletirem sobre o que tem levado tantos docentes ao adoecimento e coletivamente pensarem em formas de prevenir o surgimento das enfermidades com vistas à melhoria das condições de trabalho, de vida e de saúde dos professores.

Nessa ótica, é relevante:

- a) identificar e mapear as causas que levam ao adoecimento dos docentes;
- b) subsidiar ações no âmbito escolar que possam diminuir o desgaste físico dos professores;
- c) promover debates entre gestores de estabelecimentos públicos e privados, com vistas a articular ações para enfrentamento dos problemas causadores do mal-estar docente;
- d) fomentar a discussão de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das doenças que atingem o professor e a formas de atendimento a esse profissional.

O docente precisa sentir-se mais seguro e amparado pelo seu empregador, e não ameaçado, pressionado e culpado por eventuais fracassos dos alunos. Há que se pensar nos protagonistas do processo educacional e entender que os problemas devem ser repensados e as possíveis soluções devem perpassar também pelo papel do professor como um profissional a ser respeitado e valorizado, não somente nos discursos políticos e nos planos postos pelos gestores, mas também em ações concretas. Por fim, ressalta-se a necessidade de voltar o olhar para as condições de trabalho do professor, para seu bem-estar e para sua saúde, e não somente para os resultados de sua ação profissional.

Referências

- ANDRADE, Maria José Silva. Saúde, professor/a! Do perfil do adoecimento docente às repercussões na prática pedagógica. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 5, n. 1, jan./jun. 2012.
- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 de jun. 2014. Seção 1, Edição Extra, p. 1.
- CALDAS, Andrea Rocio. Trabalho docente e saúde: inquietações trazidas pela pesquisa nacional com professores(as) da educação básica. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 429-445.
- CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONSAD). *Em busca de um sistema de saúde mais preventivo*. 2013. Disponível em: <http://consad.org.br/noticias-consad/em-busca-de-um-sistema-de-saude-mais-preventivo/>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- CODO, Wanderley (coord.). *Educação: carinho e trabalho*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Universidade de Brasília/Laboratório de Psicologia do Trabalho, 2006.
- ESTEVES, José, M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: Edusc, 1999.
- FREITAS, Cinara Aline; CASTRO, Ralph. Saúde do professor: um olhar para o Brasil e para os servidores da Rede Municipal de Ensino de Uberaba – MG. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 12. *Anais [...]*. Curitiba: PUCPR, 2015.
- GOUVÊA, Leda Aparecida V. N. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, 2016.
- LANDINI, Sonia Regina. Trabalho Docente, Precarização e Quadros de Adoecimento. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 17, n. 30, p. 117-128, jul./dez. 2008.
- PACIEVITCH, Thais. *Educação básica de qualidade social: direitos humanos nas políticas e práticas no contexto das escolas públicas*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Dados da SEED*. Mês de referência: dezembro de 2018a. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná (SEAP). Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS). *Relatório de Perícia Médica Dinâmico*. 2017. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=472>. Acesso em: 14 dez. 2018.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Administração e Previdência do Paraná (SEAP). Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional (DIMS). *Relatório de Perícia Médica Dinâmico*. 2018b. Disponível em: Acesso em: 14 dez. 2018.

PSIQWEB. 2019. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site/>. Acesso em: 11 out. 2019.

RADAELLI, Juliana. *Níveis de doença e stress entre os professores são alarmantes*. Entrevista concedida ao jornal Gazeta do Povo, em 07/09/2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/niveis-de-doenca-e-stress-entre-professores-sao-alarmentes-4e3hoiomzo-5jhw9by77pli6b2/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

REIS, Maria Isabel Alves. *Gestão, trabalho e adoecimento docente: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque*. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SANTOS, Josi Kelly Leite; WANZINACK, Clóvis. Saúde docente: um estudo de caso nas escolas municipais de ensino fundamental do município de Matinhos – Paraná – Brasil. *Revista Eletrônica de Pesquisa e Docência*, p. 115-128, 2017.

SOUZA, Aparecida N.; LEITE, Marcia P. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n117/v32n117a12.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (APEOESP). *A saúde dos professores*. São Paulo: Ceps; APEOESP, 2012.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ (APP – SINDICATO). *Saúde mental é uma das pautas de mobilização do dia dos servidores(as)*. 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br>. Acesso em: 02 nov. 2019.

THIELE, Marisa E. B.; AHLERT, Alvor. *Condições de trabalho docente: um olhar na perspectiva de acolhimento*. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/857-4.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

VALE, Paula Cristina Santos; AGUILLERA, Fernanda. Estresse dos professores de ensino fundamental em escolas públicas: Uma revisão de literatura. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 5, n. 1, p. 86-94, 2016.